

Ministros lutaram por prazo

Brasília — Roberto Gusmão, ministro da Indústria e Comércio, tentou. Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, também. Waldir Pires, da Previdência, e Aureliano Chaves, de Minas e Energia, tinham seus emissários. Apesar das articulações e pressões, os dez ministros sem mandato parlamentar não conseguiram redução do prazo de desincompatibilização e se quiserem se candidatar em 15 de novembro de 86 terão que deixar os cargos em fevereiro.

O lento processo de negociação e votação da emenda da Constituinte se explica, portanto, pela movimentação de bastidores dentro e fora do Congresso. Contra a Constituinte, votaram parlamentares do PT, PTB e PDT. Seu alvo: o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que saiu vitorioso com a aprovação da Constituinte exclusiva.

Se rejeitada a emenda da Constituinte entraria em pauta a emenda Gastone Righi, líder do PTB, que previa um Congresso com poderes de Assembleia Constituinte. Nela, o Senado e a Câmara elegeriam seus presidentes e o do Senado seria candidato natural à presidência da Constituinte — como já é, hoje, à do Congresso. Ulysses, impedido pelo regimento de se reeleger presidente da Câmara, perderia a Vice-Presidência da República, uma alavanca para suas pretensões ao Palácio do Planalto.

PONTA DL LANÇA

Flávio Favaretto, secretário-geral do Ministério da Indústria e do Comércio e candidato à Constituinte, telefonou a deputados e trabalhou, como o ministro Roberto Gusmão, pelo prazo de desincompatibilização de seis meses. Gusmão está sendo sondado, para disputar uma vaga de senador em São Paulo, pelo vice-governador e candidato ao governo Orestes Quéricia.

O ponta-de-lança do ministro Antônio Carlos Magalhães foi o deputado Djalma Bessa (PDS-BA). Em meio ao processo de votação, Bessa tentou apresentar uma emenda, reduzindo para seis meses o prazo de desincompatibilização dos ministros sem mandato. A manobra naufragou.

Malsucedidas as tentativas, apenas um dos 13 parlamentares baianos solidamente ligados ao Ministro das Comunicações esteve em plenário na votação da Constituinte: Antônio Osório, do PDS, que votou contra. Também da Bahia, Waldir Pires, Ministro da Previdência, era contrário ao prazo de seis meses, entendendo como "imoral" a discriminação entre ministros com e sem mandato. O deputado Domingos Leonelli, do PMDB baiano, debateu na tribuna em nome de Waldir e pelo prazo de seis meses.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, preferiu o jogo de cena. Na véspera, anunciou ser candidato ao governo de São Paulo. Se efetivamente for complica-se o quadro paulista. Para que isso não aconteça, o governo o convidaria a permanecer no ministério, o que imagina e deseja.

O ministro das Relações Exteriores trabalhou pelo prazo de nove meses. Candidato ao Governo de São Paulo, Setúbal quer deixar o ministério em fevereiro, ainda a tempo de pegar carona na onda da vitória janista. Aureliano Chaves foi discreto, mas o deputado José Ribamar Machado (PFL-MG) votou contra.